



## **01 DE JUNHO DE 2011**

### **Quarta - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **UM ANJO DA GUARDA PARA SUA EMPRESA**
- **INDÚSTRIA TEM O MAIOR RECUO EM 40 MESES**
- **O VOO DA ECONOMIA BRASILEIRA ACABOU?**
- **LONDRINENSE ESTÁ ENTRE MAIS ADMIRADOS DE RH**
- **VOLVO OFERECE CURSO PARA DEFICIENTES**
- **SEM ACORDO, GREVE DA VOLKS DEVE SEGUIR PARA DECISÃO DO TRT**
- **AEROLÍNEAS NÃO GARANTE VOO SAINDO DE CURITIBA**
- **BC: SETOR PÚBLICO ECONOMIZA R\$ 18 BI EM ABRIL PARA JUROS**
- **PR: 200 MUNICÍPIOS NÃO TEM MÉDIAS E GRANDES EMPRESAS**
- **ANDRADE GUTIERREZ INICIA BELO MONTE**
- **CORREIOS AINDA OPÕEM BB E BRADESCO**
- **ARBITRAGEM INTERNACIONAL FEITA NO BRASIL VALE COMO SENTENÇA LOCAL**
- **PESQUISA INDICA AJUSTE DA ATIVIDADE INDUSTRIAL DO DISTRITO FEDERAL NO INÍCIO DO ANO**
- **SESI LEVA EDUCAÇÃO ALIMENTAR PARA A TELEVISÃO**
- **NOVA TENTATIVA DE ACORDO ENTRE BRASIL E ARGENTINA**
- **GERDAU: PERSPECTIVA DE ESTABILIDADE NO PREÇO DO AÇO**
- **PIS/COFINS - PRORROGADO O PRAZO DE ENTREGA DA EFD-PIS/COFINS**
- **DIREITO DO CONSUMIDOR - TARIFAS: ENTRAM EM VIGOR NOVAS REGRAS PARA**

## USO DO CARTÃO DE CRÉDITO

- **SALÁRIOS - PAGAMENTO REFERENTE AO MÊS DE MAIO/2011 DEVE SER EFETUADO ATÉ DIA 6/6**
- **FGTS - VENCE DIA 7 DE JUNHO O PRAZO PARA RECOLHIMENTO**
- **PODER JUDICIÁRIO - PEC DOS RECURSOS: MUDANÇAS NA CF SERÃO BENÉFICAS AO CIDADÃO**
- **SIMPLES NACIONAL - CANCELADAS MULTAS RELATIVAS À DASN 2010 APLICADAS AO MEI**

<b>Câmbio</b> Em 01/06/2011		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,582	1,584
<b>Euro</b>	2,282	2,285

Fonte: BACEN

**Um ano da guarda para sua empresa**

01/06/2011- Gazeta do Povo

Quase dez anos depois do surgimento dos primeiros grupos organizados de investidores, em São Paulo, o Paraná começa a prestar atenção às startups, pequenas empresas – na maioria das vezes, da área de tecnologia da informação – que normalmente surgem a partir de uma ideia inovadora e precisam de um empurrãozinho, na forma de recursos e assessoria, para se estabelecer no mercado. A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) pretende criar, ainda em 2011, uma rede de investidores-anjo, empresários que colocam um pequeno capital, normalmente ainda na etapa inicial do projeto, esperando recuperá-lo com lucro mais adiante.

A demora, no entanto, não impediu que startups paranaenses se tornassem bem-sucedidas. José Rodolpho Bernardoni, um dos fundadores e CEO da Ewiks, conta que ele e o sócio, Leonardo Leinz, trabalhavam em uma empresa de produção de conteúdo para e-learning quando perceberam a demanda pela venda de conteúdo pronto e criaram uma plataforma para que professores pudessem vender o material dos cursos. “O objetivo é que o aluno encontre, no site, todo tipo de curso, e que os professores possam gerar renda extra. O professor é empreendedor do próprio curso”, diz Bernardoni.

A ideia surgiu em 2009, mas somente no ano passado o projeto se transformou em uma empresa, com a ajuda de investidores. “Tínhamos uma plataforma, um plano de negócios e apresentávamos a ideia para prováveis investidores. Chegou a um ponto em que o projeto não evoluiria se não tivesse dinheiro”, conta Bernardoni. No primeiro semestre de 2010, ele e Leinz entraram em contato com um de seus principais parceiros, que montou, com outros empresários de áreas diferentes, um grupo de pessoas físicas para financiar o projeto. Bernardoni lamenta a falta de um grupo organizado logo no início do empreendimento. “O tempo que um empreendedor gasta procurando recursos no começo da empresa deveria ser usado para o desenvolvimento ou venda do produto”, afirma.

A Navegg, outra startup curitibana, recentemente adquirida pelo grupo BuscaPé, surgiu a partir da criação de uma ferramenta que deduz as informações sociodemográficas do internauta de acordo com a navegação. Hoje a ferramenta é utilizada em mais de 5 mil sites. A aquisição da empresa – com o objetivo de melhorar os resultados da rede de publicidade e de um site de compras coletivas – é uma estratégia de expansão da Buscapé, que nos últimos anos comprou outras startups, como a eBehavior, também de Curitiba, e o ZipMe.

No fim de 2009, por meio do concurso Desafio Brasil, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, a Navegg teve a oportunidade de entrar em contato com a Astella Investimentos, empresa paulistana de investidores-anjo, que facilitou a concretização da ideia em meados de 2010. “Aceitamos a parceria não só pelo dinheiro que iriam investir, mas também pela sinergia, visão de negócio, por tudo que poderíamos aprender com eles e também pelo contato com muitas empresas interessantes”, afirma Adriano Brandão, um dos sócios e diretor de produto e marketing da Navegg. Uma destas empresas foi o grupo BuscaPé, que comprou 70% das ações da startup curitibana em fevereiro.

Marcelo Cazado, diretor da rede de investidores-anjos Floripa Angels, diz que apenas 3% ou 4% dos empreendedores conseguem investimento para suas startups – em quatro anos de atuação, a Floripa Angels só investiu em três startups. Para aumentar suas chances com os “anjos”, o empreendedor precisa conhecer bem o mercado, que precisa ser altamente rentável, e ter não só um produto inovador como também uma tecnologia de produção inovadora e própria, aconselha Cazado.

O diretor da Floripa Angels ainda diz que, uma vez que a startup consegue ajuda dos “anjos”, praticamente não há riscos nem para os investidores e nem para os

empreendedores, pois as redes não se limitam a investir; elas ajudam as empresas a ter sucesso no mercado. "A rede não é um fundo de investimento. Quando o investidor entra, ele não tem risco nenhum. A rede busca profissionais com experiência que possam contribuir na gestão das startups", afirma.

Segundo Cazado, a maioria das startups no Brasil não consegue chegar ao sucesso principalmente porque os empreendedores se preocupam excessivamente com o produto em si, sem pensar na realidade do mercado. Outra razão para o fracasso de muitas startups, afirma, é o pouco conhecimento sobre a gestão financeira.

### **Fiep quer abrir "escola de anjos" em julho**

Para fomentar o mercado de startups no estado, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) quer criar ainda neste ano sua rede de investidores-anjo. A partir de junho, começa a busca por investidores e o incentivo à participação na rede. A segunda etapa, a Escola de Anjos, deve ocorrer em julho, quando os interessados serão capacitados para participar desse tipo de investimento. Também em junho, a Fiep deve lançar uma chamada para a formação de uma incubadora própria de empresas e fundos de investimento.

Curitiba também vai receber, em 29 de junho, no Centro de Convenções da Fiep, a etapa final do 1.º Fórum Sul-Brasileiro de Investimentos, que vai apresentar empresas da Região Sul com alto potencial de crescimento, inclusive startups, para investidores. Oito empresas de cada um dos três estados foram selecionadas para se apresentarem aos investidores na etapa final. O evento é promovido pelas federações das indústrias da região, em parceria com a Finep e com a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP). A capital ainda terá, em 17 de junho, o seu primeiro Startup Day. O objetivo do evento é fomentar negócios e proporcionar o esclarecimento de dúvidas relacionadas às startups.

### **Serviço**

Mais informações sobre o Startup Day no site <http://startupday.com.br>

## **Indústria tem o maior recuo em 40 meses**

01/06/2011- Gazeta do Povo

A queda de 2,1% na produção industrial brasileira em abril, na comparação com março, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), surpreendeu analistas, que veem no resultado um sinal de desaceleração da economia. O mercado já aposta em um abreviamento do ciclo de aperto monetário. Para a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) da semana que vem ainda há convergência nas projeções de alta de 0,25 ponto porcentual, mas com arrefecimento para as próximas decisões.

Os setores de veículos automotores e máquinas e equipamentos foram as grandes influências negativas no índice, graças à queda na produção de automóveis e eletrodomésticos. O recuo verificado em abril ante março foi o mais acentuado desde dezembro de 2008, quando, no pior momento da crise econômica mundial, o índice registrou queda de 12,2%. "É preciso lembrar que dezembro de 2008 era o auge da crise", disse o gerente da Coordenação de Indústria do IBGE, André Luiz Macedo.

Macedo afirmou que a queda na produção industrial em abril é explicada pela desaceleração no ritmo de concessão de crédito e pelo aumento dos juros, além de um maior volume de importações. "No primeiro trimestre do ano, observamos uma

diminuição no volume de importações frente ao último trimestre de 2010. Mas em abril houve um movimento contrário: observamos um aumento no volume de importações, o que pode ajudar a explicar a queda na produção do setor de bens de consumo duráveis”, explicou.

De acordo com economistas, a queda na produção industrial pode fazer com que o Copom decida encerrar mais cedo o ciclo de aumento na taxa básica de juros, a Selic. A LCA Consultores acredita que o desempenho fraco da indústria corrobora sua previsão de apenas mais dois aumentos da Selic, de 0,25 ponto porcentual cada. “Sabemos que há casas esperando cinco, até seis aumentos da Selic. Mas o dado da produção industrial tende a reforçar o cenário de que esse ‘suficientemente prolongado’ que o Copom escreveu na última ata deve durar mais duas, ou talvez três reuniões, mas não deve passar disso”, disse o economista-chefe da consultoria, Bráulio Borges.

Antes da divulgação do resultado, a Tendências Consultoria previa um ciclo de quatro elevações de 0,25 ponto porcentual na Selic, já a partir da reunião do Copom na semana que vem. Mas, agora, admite uma revisão. “A ata do Copom é clara sobre um ajuste prolongado, porque estamos diante de uma expectativa de inflação ainda muito alta. Mas há uma probabilidade maior de freio na elevação dos juros com esse dado da indústria”, disse o analista da Tendências Rafael Bacciotti, para quem a produção industrial mostra sinais de acomodação. Na ata da última reunião, o BC previa um período “suficientemente prolongado” de juros altos.

## O voo da economia brasileira acabou?

01/06/2011- Gazeta do Povo

Recentemente, a presidente Dilma Roussef afirmou à imprensa o desejo do crescimento constante – e não do voo de galinha – para a economia brasileira. “Voo de galinha” é uma expressão utilizada pelos economistas para caracterizar as oscilações do crescimento de um país. Geralmente, é dito que um país se comporta como o voo de galinha quando ele cresce por um curto período, um ou dois anos, e permanece alguns anos com ausência de crescimento ou com uma pequena expansão da atividade econômica.

O desejo da presidente é legítimo porque o principal mecanismo para a elevação das condições de vida da população é o crescimento econômico. Mesmo sendo uma condição universalmente desejável, em determinados momentos ele é interrompido. As razões dessa interrupção são as mais diversas e o entendimento delas tem atraído a atenção dos economistas há mais de um século.

Desde 2004 a 2008, a economia brasileira cresceu, em média, 4,84% ao ano. Valor superior ao crescimento de muitos países desenvolvidos, mas inferior aos países em desenvolvimento, a exemplo da China e da Índia. Em 2009, em função da crise internacional, o Brasil decresceu 0,6%. 2010 foi o ano da recuperação, cujo crescimento foi de 7,5%, o maior desde 1986. Mas infelizmente, após um ano de crescimento vigoroso, a economia brasileira mostra sinais de desaceleração da atividade, como apontam os resultados do levantamento realizado pelo IBGE, cujos números revelam uma retração de 2,1% da produção industrial.

A queda tão forte na produção industrial é reflexo, em parte, da apreciação da taxa de câmbio e da elevação da taxa de juros e das demais medidas de restrição ao crédito, medidas estas que foram tomadas visando manter a taxa de inflação dentro das metas. Ainda é muito cedo para posições pessimistas, mas é um claro sinal de que a política econômica precisa ser formulada para que o crescimento e a inflação

não sejam alternativas excludentes. E um dos pontos centrais nesse aspecto é a eliminação dos entraves estruturais ao crescimento, que envolvem o chamado "custo Brasil". Enquanto tais entraves não forem eliminados, estaremos condenados a ter voos curtos.

Rodolfo Coelho Prates é doutor em Economia pela USP e professor do programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo.

## **Londrinense está entre mais admirados de RH**

01/06/2011- Gazeta do Povo

Adilséia Soriani Batista, professora do departamento de MBA e Pós-Graduação do Senai Londrina, faz parte, pela segunda vez consecutiva, da lista dos "50 RH's mais admirados do Brasil". A Gestão & RH Editora promove uma pesquisa nacional para identificar "Os RHs Mais Admirados do Brasil" e "As Empresas Mais Admiradas Pelos RHs do Brasil", com acompanhamento da consultoria Deloitte. A solenidade de reconhecimento público dos profissionais e a divulgação dos mais votados e dos RHs do Ano será realizada em São Paulo, na quarta-feira da próxima semana.

## **Volvo oferece curso para deficientes**

01/06/2011- Gazeta do Povo

A Volvo do Brasil prorrogou até 10 de junho o período de inscrições do Curso de Aprendizagem Industrial para Pessoas com Deficiência. Mantido em parceria com o Senai e a Universidade Livre para a Eficiência Humana (Unilehu), o curso prepara pessoas com deficiência para trabalhar no setor automotivo, com oportunidades dentro da Volvo. Os candidatos precisam ter no mínimo 18 anos e ensino fundamental completo e gostar da área de manufatura. Os interessados devem procurar a Unilehu (R. Visconde do Rio Branco, 888, Mercês, Curitiba; telefone 41 333-6921).

## **Sem acordo, greve da Volks deve seguir para decisão do TRT**

01/06/2011- Gazeta do Povo

Os funcionários da fábrica da Volkswagen em São José dos Pinhais, em greve há quase um mês, rejeitaram ontem a nova proposta da empresa apresentada na assembleia geral de ontem. Agora, a situação deve ser decidida na Justiça. O dissídio já está sendo analisado pelo Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR).

Atualmente, o órgão espera um retorno do Ministério Público do Trabalho (MPT), que vai fazer um parecer geral sobre a situação, para poder avaliar a questão. A partir do momento em que o processo retornar, ele entra na pauta do TRT-PR e é analisado por um desembargador. Neste caso, a decisão do magistrado é soberana e não cabe recurso de nenhuma das partes.

Os trabalhadores reivindicam uma Participação de Lucros e Resultados (PLR) equivalente a R\$ 12 mil, com o pagamento de R\$ 6 mil na primeira parcela. A empresa melhorou sua proposta, oferecendo uma primeira parcela de R\$ 5,2 mil e um segundo pagamento igual ao que receberão os funcionários da fábrica do ABC paulista, no segundo semestre – o valor ainda não foi definido. "Se for para equiparar a participação, então os salários também deveriam ser equiparados com

as empresas do ABC, que são mais altos”, rebateu Jamil Dávila, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC).

Os trabalhadores querem que a PLR seja equiparada com o valor pago pelas demais montadoras da região de São José dos Pinhais, diz o sindicalista. A Volvo, por exemplo, dará R\$ 15 mil de PLR aos seus funcionários. O sindicato ainda argumenta que, além do valor, a proposta também foi rejeitada porque a empresa queria impor dias adicionais aos trabalhadores.

A Volkswagen, por meio de nota oficial, disse que “lamenta que a situação não tenha sido resolvida com a proposta apresentada” e afirma que “vê com preocupação a continuidade do movimento grevista”. A nota ainda reitera a disposição da empresa em buscar uma solução para o impasse por meio da negociação.

### **Concessionárias dizem que estoque acaba logo**

A paralisação da Volkswagen já afeta os estoques dos modelos fabricados em São José dos Pinhais nas concessionárias de Curitiba. Antônio Carlos Altheim, diretor comercial da Corujão, diz que os modelos Crossfox, Fox Prime e Golf estão praticamente esgotados na concessionária, e que apenas 20 unidades do Fox 1.0 estão disponíveis. Altheim acredita que, com mais dez dias de greve, o estoque da loja pode se esgotar.

Outro grande problema é o atraso na entrega dos veículos. Segundo Altheim, uma encomenda que antes demorava quatro dias para chegar agora leva de seis a sete semanas. “Os compradores querem o produto para pronta entrega. Quando o cliente busca um modelo e não encontra, ele busca outra marca e compra um similar”, afirma. De acordo com o diretor, por causa da greve a concessionária deixou de vender 30 carros. Para minimizar as perdas, a loja optou por fortalecer a campanha de vendas do Gol.

Edilberto Lipinski, gerente comercial da Luson, diz que a concessionária abasteceu o estoque para se prevenir dos efeitos da greve, mas agora ele já começa a se preocupar. Além de alguns modelos estarem em falta, como o Crossfox, há também um grande atraso na instalação de acessórios – segundo Lipinski, há três pedidos parados na fábrica, com 20 dias de atraso. Já Ricardo Kennedy, gerente comercial da Servopa, afirma que a paralisação até agora não atrapalhou as vendas da loja, mas, se a greve durar mais 15 dias, a empresa deve enfrentar problemas.

### **Aerolíneas não garante voo saindo de Curitiba**

01/06/2011- Gazeta do Povo

A Aerolíneas Argentina recebeu autorização para iniciar, em 20 de junho, um voo direto entre Curitiba e Buenos Aires, mas a empresa não confirma se vai levar adiante a operação. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que regula o setor no país, confirmou ontem que a Aerolíneas solicitou uma rota diária a partir de Curitiba, com saída prevista sempre às 13 horas. Procurada, a companhia informou apenas que “existem estudos [para um voo Curitiba-Buenos Aires] para o futuro, mas não há nenhuma data definida.”

De acordo com as regras da Anac, a companhia aérea é obrigada a realizar 80% dos voos previstos durante um período de três meses. Do contrário, ela perde o “Hotran”, documento que formaliza a concessão da linha. Para cumprir a determinação de frequência de voos, a Aerolíneas precisa começar a rota do Afonso Pena até 7 de julho. Segundo a agência, o pedido da empresa para operar o trecho foi feito em 1.º de fevereiro. No caso da perda do “Hotran”, a companhia deve entrar

com uma nova requisição. O processo de autorização dura em média um mês. Atualmente, Curitiba tem um voo da Gol para Buenos Aires, mas sempre com escala em Assunção, no Paraguai.

## **TAP**

Entre as novas rotas internacionais no país está o primeiro voo da TAP na Região Sul. Com frequência de quatro vezes por semana, a companhia aérea portuguesa passa a operar, em 12 de junho, a rota Porto Alegre-Lisboa. "A escolha de Porto Alegre ocorreu devido a um aspecto de demanda e de condições da pista", afirmou à reportagem o diretor-geral da TAP no Brasil, Mário Carvalho. Questionado se a empresa tem interesse em operar um voo de Curitiba, ele afirmou "nunca diga 'desta água não beberei'" e citou como entrave questões técnicas, como o tamanho da pista. Uma terceira pista do Afonso Pena – com 3,4 quilômetros de extensão, 65% maior do que as duas atuais – é prometida há dez anos. O projeto foi excluído recentemente das obras para a Copa do Mundo de 2014.

## **BC: Setor público economiza R\$ 18 bi em abril para juros**

01/06/2011- O Estado do Paraná

As contas do setor público (governo central, estados, municípios e empresas estatais) apresentaram em abril um superávit primário de R\$ 18 bilhões, informou nesta terça-feira (31) o Banco Central (BC). O resultado do mês passado é superior ao verificado em março, quando as contas registraram saldo positivo de R\$ 13,6 bilhões. Em abril de 2010, o superávit primário, no entanto, havia sido superior, de R\$ 20,2 bilhões.

O superávit primário representa a economia para o pagamento dos juros da dívida pública. O resultado de abril ficou dentro do intervalo previsto pelos analistas, que esperavam um superávit primário entre R\$ 17,5 bilhões e R\$ 20,9 bilhões. A mediana das previsões apontava para um saldo de R\$ 19,8 bilhões.

No acumulado dos quatro primeiros meses de 2011, o superávit primário soma R\$ 57,3 bilhões, o equivalente a 4,54% do Produto Interno Bruto (PIB). O resultado é quase metade da meta de superávit primário prevista para todo o ano para as contas do setor público, de R\$ 117,9 bilhões. O resultado de janeiro a abril deste ano também é melhor que o apresentado pelas contas do setor público no mesmo período do ano passado, quando foi verificado um superávit primário de 3,50% do PIB, ou R\$ 39,3 bilhões.

De acordo com os dados do BC, as contas do governo central (Previdência Social, Banco Central e Tesouro Nacional) apresentaram em abril um superávit primário de R\$ 15,2 bilhões e, no primeiro quadrimestre do ano, de R\$ 41,2 bilhões. Já as contas dos governos regionais (estados e municípios) registraram um superávit primário em abril de R\$ 2,62 bilhões e, no acumulado do ano até o mês passado, de R\$ 16,2 bilhões.

Os governos estaduais apresentaram um superávit de R\$ 2,58 bilhões em abril, enquanto os municipais, um superávit de apenas R\$ 38 milhões. Nos quatro primeiros

meses de 2011, os Estados apresentam superávit de R\$ 14,9 bilhões e os municípios, de R\$ 1,27 bilhão. As empresas estatais tiveram um superávit primário de R\$ 209 milhões em abril. No acumulado do ano, as estatais registram déficit primário de R\$ 189 milhões.

## **Dívida pública**

A dívida líquida do setor público atingiu em abril R\$ 1,51 trilhão, o equivalente a 39,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Em março, a dívida somava R\$ 1,50 trilhão, ou 39,9% do PIB. Já a dívida bruta do governo geral - que abrange governo federal, Estados e municípios, mas exclui o Banco Central e as empresas estatais - somou R\$ 2,13 trilhões, o correspondente a 56% do PIB. Em março, esse indicador estava em R\$ 2,11 trilhões, também em 56% do PIB.

## **PR: 200 municípios não tem médias e grandes empresas**

01/06/2011- O Estado do Paraná

Mais da metade dos municípios paranaenses não possui nenhuma grande ou média empresa e tem sua economia baseada na atividade de pequenos e microempreendedores. Dos 399 municípios paranaenses, 200 não possuem nenhum empreendimento de médio ou grande porte.

A informação foi repassada pelo coordenador de Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/PR), César Rissete, durante uma audiência pública sobre a gestão desses empreendimentos, realizada nesta terça-feira (31) pela Assembleia Legislativa.

De acordo com o coordenador, apesar da importância econômica desses empreendimentos, um dado ainda é preocupante. No Estado, mais de um quinto deles encerram as atividades antes de completar o segundo ano de vida. Destes, mais de 50% dos empresários não conseguem encerrar formalmente a atividade e fica impedido de abrir um novo empreendimento.

Entre as razões do fracasso, apontadas por uma pesquisa realizada pelo Sebrae, o fator mais citado é a falta de políticas públicas, que foi apontada por 73% dos empresários. Em segundo lugar, 69%, os empreendedores citam causas econômicas e em terceiro, 65%, a carga tributária elevada.

As falhas gerenciais, a falta de capital e problemas com a logística operacional como a falta de condições para a circulação da mercadoria também foram apontadas como causa para a vida curta das micro e pequenas empresas.

A advogada Thanyelle Galmacci, que presta consultoria para pequenos empreendimentos, também informou que um fator responsável pelo insucesso das

empresas é a falta ou problemas com a documentação, que resultam em multas ou interdições dos negócios.

Segundo a advogada, cuidados como verificar a certidão do habite-se mesmo de imóveis alugados, obter o alvará da vigilância sanitária e elaborar um projeto de prevenção de incêndios pode evitar dissabores e, principalmente, prejuízos.

Normalmente estes custos não fazem parte dos planejamentos das pequeno e micro empresas”, disse.

## **Mudança estrutural**

César Rissete apresentou durante a reunião uma informação positiva sobre o mercado das micro e pequenas empresas no Brasil. Segundo ele, uma mudança estrutural está fazendo com que os empreendimentos deixem de ser realizados por falta de alternativas de renda e passem a ser desenvolvidos por empresários que encontram um nicho de mercado.

De acordo com o último dado disponível, referente a 2010, 68% dos empreendedores haviam iniciado o negócio por terem visto uma oportunidade de mercado e apenas 32% por necessidade de renda.

## **Andrade Gutierrez inicia Belo Monte**

01/06/2011- Valor Econômico

A Andrade Gutierrez assumiu definitivamente o papel de comunicadora e líder da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte. O desafio para o grupo mineiro, que pela primeira vez assume a liderança de um grande projeto no setor elétrico, não será só de engenharia. A empresa terá que administrar o interesse de dez diferentes empreiteiras e do próprio governo federal que quer transformar a obra em um exemplo do PAC, revertendo a má imagem dos conflitos com trabalhadores na usina de Jirau, no Rio Madeira.

Os integrantes do consórcio construtor Belo Monte já aportaram R\$ 800 milhões para dar início à compra de equipamentos e às obras. Em seu pico, elas terão quase 19 mil trabalhadores, distribuídos em diferentes canteiros em meio à floresta amazônica paraense. O consórcio será uma empresa independente, com 12 diretores, e já nasce maior que muitos de seus próprios sócios. O contrato fechado com a Norte Energia, que reúne os donos do empreendimento, é de cerca de R\$ 15 bilhões

O diretor-geral da unidade de negócios de energia da construtora Andrade Gutierrez, Flávio Barra, junto com o presidente do consórcio, Henrique Di Lello (indicado pela Andrade), tiveram uma série de encontros com diferentes membros do governo federal para apresentar a modelagem que será usada nas obras. Alguns ministros ficaram especialmente satisfeitos em saber que em Belo Monte não terá aglomeração tão grande quanto em Jirau, que chegou a abrigar 22 mil funcionários no mesmo canteiro.

Serão ao todo três diferentes frentes de trabalho, sendo que a maior delas terá em seu pico oito mil trabalhadores. Além disso, a empresa vai permitir o consumo de

bebida de baixo teor alcoólico dentro dos canteiros, incentivar que diversos membros da mesma família sejam empregados na obra e ainda disponibilizar ônibus circulares durante os fins de semana. Barra diz que também a empresa dará preferência em contratar mão de obra das cidades de maior porte próximas à região, como Tucuruí, Marabá, Santarém e Itaituba, além da própria capital Belém. "Queremos criar um ambiente familiar e possibilitar que as pessoas visitem com mais frequência suas famílias", diz Barra.

Cada canteiro de obra contará com quadras de esportes, diversos campos de futebol de tamanho oficial e ainda redes wireless gratuitas para acesso à internet. Os alojamentos serão divididos por condomínios e cada um deles terá uma portaria própria, para evitar tráfico de drogas ou roubos. Pelos mapas apresentados pela Andrade, os canteiros serão preferencialmente erguidos em áreas já desmatadas, entre as cidades de Altamira e Vitória do Xingu. O canteiro principal ficará próximo à usina de Belo Monte. Outro canteiro será no sítio Pimental, onde será construída uma pequena usina secundária. E um terceiro será feito próximo aos canais que serão escavados entre uma usina e outra.

A licença ambiental definitiva de Belo Monte é aguardada para esta semana, mas o Ibama já concedeu uma licença provisória. Com ela, obras pioneiras para instalação dos canteiros já começaram. Terão de ser construídos, alargados ou pavimentados cerca de 240 quilômetros de estrada e boa parte já pode ser feita com a licença provisória. As chuvas se estenderam neste ano, segundo Barra, e por isso, mesmo com a licença provisória, as obras foram retardadas. O período seco tem previsão de durar até dezembro.

Neste ano, as dez construtoras que formam o consórcio ainda devem aportar outros R\$ 800 milhões em capital, dobrando seu patrimônio. Diversos equipamentos usados na obra já foram adquiridos, como 500 caminhões das empresas Mercedes e Carterpillar, além de centrais de concreto, usinagem e pedreiras.

## Correios ainda opção BB e Bradesco

01/06/2011- Valor Econômico

A vitória do Banco do Brasil, ontem, no leilão para operar o Banco Postal e poder usar as 6.195 agências dos Correios como correspondentes bancários marca apenas o primeiro round de uma briga que começa agora e opõe o banco federal e o Bradesco, que até o fim do ano continua a ser o titular do contrato. A disputa se dará em torno dos cerca de 5 milhões de clientes que o Bradesco conquistou nos últimos 9 anos como operador do Banco Postal.

O BB leva o direito de explorar serviços bancários na rede dos Correios por cinco anos a partir de 2012, mas os clientes ficam. O banco da Cidade de Deus deve, assim, começar a desenhar desde já sua estratégia para reter o máximo possível dessa clientela. O desafio é estabelecer uma rede para atendê-los satisfatoriamente.

Para o BB, de outro lado, a meta será roubar quantos clientes puder. A rede dos Correios ainda tem um potencial de expansão da base de correntistas, mas o BB vai ter que conquistar ao menos parte daqueles que hoje carregam um cartão com a marca Bradesco se quiser maximizar seu resultado com o novo negócio.

O Bradesco sabe que, inevitavelmente, perderá parte dos clientes, até porque o BB tem a seu favor o fato de os correntistas estarem acostumados ao atendimento nas lojas dos Correios.

Embora contasse com a possibilidade de perder o leilão, o cenário principal do Bradesco era de renovação do contrato. Para montar sua contraofensiva, o banco guarda a sete-chaves toda a inteligência da operação do Banco Postal, com os detalhes de quais são as lojas mais lucrativas e quais não valem a pena. Essas informações nem os Correios têm.

Ao longo dos últimos anos, o Bradesco montou uma rede de correspondentes bancários - que inclui padarias, farmácias e outros comércios - paralela aos Correios. Somente no primeiro trimestre de 2011, o banco firmou parceira com 1.545 correspondentes, totalizando 27.649 pontos da rede chamada Bradesco Expresso. Poucos municípios brasileiros estão fora dessa rede.

Ainda assim, agora será preciso redimensionar a rede, ampliando pontos de atendimento - em muitos casos com abertura de agências bancárias propriamente.

O BB venceu o leilão com uma proposta de pagar R\$ 2,3 bilhões, além de um valor fixo de R\$ 500 milhões para operar a rede dos Correios, totalizando R\$ 2,8 bilhões. Terá, ainda, de repassar aos Correios todos os anos metade da receita auferida com tarifas bancárias. O Bradesco chegou até um lance de R\$ 2,25 bilhões no leilão. Embora tenha perdido por apenas R\$ 50 milhões, o banco privado acrescentou R\$ 700 milhões à sua proposta original. A partir daí, estimou que os ganhos não compensariam o investimento.

As ações ordinárias do BB caíram 0,88% e as preferenciais do Bradesco subiram 0,51%.

Os analistas do Barclays Roberto Attuch e Fabio Zagatti dizem, em relatório, estarem convencidos de que os participantes do mercado prefeririam que o BB tivesse empregado o capital no próprio negócio em vez de buscar um novo frente. "O Bradesco teve, nos últimos dez anos, a oportunidade de obter acesso a informações comportamentais exclusivas, o que lhe permite reunir o máximo de dados possível adequadamente, mapear e identificar o cliente do Banco Postal mais adequado (e rentável) e produtos de seguros para as demandas de cada região", ressaltam. "O Banco do Brasil, por outro lado, terá que iniciar 'do zero' e, obviamente, vai levar algum tempo para embalar."

Ao menos nos primeiros anos de operação do contrato com o BB, os Correios devem ver o repasse de receita de tarifas cair, muito embora o edital do leilão embutisse um reajuste médio da ordem de 40% dos valores hoje cobrados na rede do Banco Postal.

Justamente pelo fato de começar a operar a rede de correspondentes sem clientes, levará tempo para que o BB alcance o nível de repasse hoje praticado pelo Bradesco. Atualmente, os Correios recebem cerca de R\$ 350 milhões por ano em tarifas e, com o reajuste, a receita passaria a quase R\$ 500 milhões, desde que mantida a mesma base de clientes.

Bradesco e BB não concederam entrevistas para comentar o resultado do leilão até o fechamento desta edição.

Em fato relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o BB afirma que, "por meio desse investimento, o Banco do Brasil antecipa a execução de plano

estratégico que objetiva estender seus pontos de atendimento para todos os municípios brasileiros". A analistas, os executivos do BB estimaram que o pagamento pelo Banco Postal afetará seu índice de Basileia negativamente em apenas oito pontos-base. O banco encerrou o primeiro trimestre com índice de 14,1%.

Durante os três meses que antecederam a licitação do Banco Postal, os executivos do Banco do Brasil procuraram tratar o tema com aparente descaso. O presidente Aldemir Bendine chegou a declarar que não tinha "tanto interesse" na concessão. Argumentou que o BB estava bem servido pela própria base de correspondentes e já tinha um plano traçado para estar presente em todos os municípios brasileiros até 2015, por meio de um modelo compacto de agências. Puro despiste.

## Arbitragem internacional feita no Brasil vale como sentença local

01/06/2011- Valor Econômico

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que sentenças de Cortes internacionais de arbitragem proferidas no Brasil são decisões nacionais, e não estrangeiras. Portanto, não precisam de homologação pelo Judiciário para que sejam executadas no país. O caso envolve uma sentença emitida no Rio de Janeiro por um árbitro brasileiro, mas seguindo o regulamento da Corte de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), com sede em Paris. Por trás das discussões está um contrato de prestação de serviços na plataforma da Petrobras P-36, que afundou na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, em 2001. O caso deflagrou uma série de litígios na Justiça brasileira e do exterior, acompanhados de debates sobre homologação de sentenças estrangeiras.

A Nuovo Pignone, braço da General Electric (GE) de óleo e gás, com sede na Itália, começou um procedimento arbitral contra a Petromec, subsidiária da brasileira Marítima Petróleo e Engenharia, responsável solidária no caso. A Nuovo Pignone havia prestado serviços para a Marítima, que atuou na construção da plataforma. A decisão arbitral determinou que a Petromec pagasse US\$ 2,6 milhões à Nuovo Pignone, segundo informações do processo no STJ. Mas a Petromec argumentou que se tratava de uma sentença estrangeira, que dependeria de homologação na Justiça brasileira para ser executada.

Na semana passada, o STJ debateu a nacionalidade da sentença arbitral da Câmara de Comércio Internacional, proferida no Rio, em português, pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Francisco Rezek. Definir a nacionalidade da decisão arbitral é uma questão fundamental porque, no Brasil, sentenças estrangeiras precisam ser primeiro homologadas pelo STJ para que possam valer. Na homologação, o tribunal analisa as condições em que a decisão foi dada - se foi respeitado o direito de defesa, por exemplo. Esse procedimento tem custo e pode demorar de seis meses a dois anos, segundo advogados consultados pelo **Valor**.

Ao analisar o caso, a 3ª Turma do STJ entendeu, por unanimidade, que o critério para definir a nacionalidade da sentença arbitral é o território no qual ela foi proferida. A relatora foi a ministra Nancy Andrighi. A Nuovo Pignone mencionou a seu favor o artigo 34, parágrafo único, da Lei de Arbitragem (Lei nº 9.307, de 1996): "Considera-se sentença arbitral estrangeira a que tenha sido proferida fora do território nacional". O advogado da Petromec, Hélio Cavalcanti Barros, do escritório Milmam, Barros e Maia Advogados, afirma que irá recorrer da decisão no próprio STJ.

As Cortes de arbitragem de entidades como a CCI e a American Arbitration Association (AAA) operam no mundo inteiro, podendo nomear árbitros brasileiros e

estrangeiros, seguindo um regulamento próprio. Segundo especialistas, a definição de que as sentenças arbitrais emitidas no Brasil não precisam de homologação servirá de incentivo para que as empresas se submetam a procedimentos de arbitragem no país, seguindo a tradição dessas organizações internacionais.

No conflito entre a Nuovo Pignone e a Petromec, a arbitragem foi instaurada na CCI, seguindo, no entanto, a legislação brasileira. O Rio de Janeiro foi definido como local da arbitragem, por escolha contratual. Após um resultado favorável, a Nuovo Pignone entrou na Justiça com uma ação de execução contra a Petromec, para obrigá-la a cumprir a sentença. Mas a Petromec argumentou que a decisão arbitral precisaria, primeiro, ser homologada pelo Judiciário brasileiro.

"A decisão advinda de um órgão internacional é estrangeira, independentemente de ser emitida em português por um árbitro brasileiro", defende o advogado da Petromec, Hélio Cavalcanti Barros. "O que define a nacionalidade é o organismo que profere a sentença, e não a língua ou o lugar em que ela é proferida", sustenta.

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) deu razão à Petromec. Agora, a Nuovo Pignone reverteu a decisão no STJ. O precedente da 3ª Turma abre espaço para que decisões arbitrais tomadas em território nacional, ainda que segundo as regras de organizações internacionais, sejam diretamente executadas, sem a necessidade de homologação. "A decisão impacta todas as sentenças arbitrais de processos em curso no Brasil que observam as regras da Câmara de Comércio Internacional e de outras organizações de arbitragem internacional", afirma o advogado da Nuovo Pignone no STJ, Antonio Tavares Paes Jr., do escritório Costa, Waisberg e Tavares Paes Sociedade de Advogados. De acordo com ele, evitar a necessidade de homologação da sentença arbitral traz maior rapidez e menos custos ao processo.

As discussões no STJ contaram com um memorial apresentado pela CCI, que entrou no caso como *amicus curiae*, representada pelos professores Theophilo Azeredo Santos e Arnoldo Wald, respectivamente presidente e vice-presidente do comitê brasileiro da entidade. "A Câmara de Comércio Internacional é apenas um órgão de fiscalização que aprova os laudos arbitrais e organiza o procedimento", afirma Wald, para quem a decisão do STJ incentiva o uso da arbitragem internacional no Brasil. "A CCI tem papel organizacional, mas não judicante, ou seja, ela não julga, apenas verifica o bom funcionamento das arbitragens internacionais."

No ano passado, a CCI recebeu 793 novos casos. O Brasil esteve entre os cinco países cujas empresas mais usaram a Corte de Arbitragem da entidade em 2010, mas apenas 11 desses procedimentos foram instaurados em território nacional.

## Pesquisa indica ajuste da atividade industrial do Distrito Federal no início do ano

01/06/2011- Agência CNI

**Brasília** – De acordo com a pesquisa Indicadores de Desempenho da Indústria do Distrito Federal, realizada pela [Federação das Indústrias do Distrito Federal \(FIBRA\)](#), em parceria com a [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#) e apoio do [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas \(Sebrae/DF\)](#), a atividade industrial brasiliense em março indica ajuste no início do ano.

As três variáveis pesquisadas alternaram entre períodos de crescimento e queda nos meses de janeiro a março. O faturamento registrou queda de 4,5% em março na comparação com o mês anterior; frente a março de 2010 houve decréscimo de 3,05%. No acumulado do primeiro trimestre, o indicador registrou crescimento de 11,51%, resultado abaixo do observado no acumulado até fevereiro (20,55%).

Já o emprego industrial recuou 0,56% em março ante fevereiro. Essa foi a sexta queda consecutiva da variável, o que evidencia tendência de retração do emprego, iniciada em outubro de 2010. Ante março de 2010, o indicador registrou queda de 1,64% e de 0,17% no ano. Em março, a indústria operou com 70,96% de seu nível médio de utilização da capacidade instalada - 1,61 (p.p) a mais que fevereiro.

## SESI leva educação alimentar para a televisão

01/06/2011- Agência CNI

**Brasília** – Um convite à alimentação saudável foi feito a pais, crianças e atletas que visitaram o lançamento do programa Cozinha Brasil – Receita de Família que será exibido na TV Brasil, todos os sábados, às 14h30. O evento, realizado pelo Conselho Nacional do [Serviço Social da Indústria \(SESI\)](#), na última sexta-feira (28/5), no Parque da Cidade, em Brasília, apresentou aos visitantes durante a manhã, dicas de alimentação saudável e melhor aproveitamento dos alimentos.

Quem participou do evento degustou receitas nutritivas elaboradas com cascas e talos, passou por avaliação física, diagnosticou a saúde e teve à disposição massagem e jogos infantis para as crianças. As nutricionistas do SESI realizaram oficinas nas unidades móveis do Cozinha Brasil mostrando como é possível preparar os alimentos sem desperdício.

O reality show mais temperado do Brasil, uma parceria com a TV Brasil, será exibido em 36 episódios com 26 minutos de duração cada, divididos em dois blocos de 13 minutos. A analista de Negócios Francisca Vale, frequentadora assídua do Parque da Cidade, aprovou a criação do programa de TV e acredita que ajudará o público a preparar pratos nutritivos. “Eu gosto de usar a criatividade na cozinha, mas com essas orientações, poderei adotar hábitos alimentares mais saudáveis”, afirmou.

Presente no evento, Fátima Maria de Souza, integrante da família Silva, a primeira a participar do programa, contou que agora o cuidado com a alimentação é palavra de ordem em sua casa e o consumo de certos alimentos passou a ser mais restrito. “Observamos que fazíamos tudo errado. O consumo de sal, açúcar e óleo era muito grande, agora, diminuimos tudo pela metade”. O aproveitamento integral dos alimentos também passou a ser uma prática da família.

A apresentadora do reality show, Aline Rissato, nutricionista e chef de cozinha, explica que o contato com as cinco famílias, que participam do programa, facilitou o conhecimento dos hábitos alimentares, levando em consideração fatores econômicos, regionais e culturais. “Mostramos o aproveitamento integral dos alimentos, por meio do uso de cascas, folhas, talos e sementes, a fim de evitar o desperdício. Isso agrega

valor nutricional, variedade do cardápio, economia e colabora com a sustentabilidade ambiental”, destaca.

**PARCERIA NA TV PELA QUALIDADE DE VIDA** - Por ser veiculado na TV, mais pessoas conhecerão a tecnologia alimentar adotada pelo Cozinha Brasil. O presidente do Conselho Nacional do SESI, Jair Meneguelli, e a diretora-presidente da [Empresa Brasileira de Comunicação \(EBC\)](#), Tereza Cruvinel, que atuaram em parceria nesse projeto, defendem que o formato inusitado do programa traz uma nova proposta de alimentação para o cidadão “É um programa dinâmico e interessante que contribui para o desenvolvimento de uma importante postura do cidadão que é o cuidado com os alimentos, garantindo uma vida mais saudável”, disse Cruvinel.

O programa Cozinha Brasil - Receita de Família vai ao ar aos sábados, às 14h30, na TV Brasil. Para saber como sintonizar a emissora, acesse <http://tvbrasil.org.br/comosintonizar/>.

## Nova tentativa de acordo entre Brasil e Argentina

01/06/2011- Newsletters Automotive

Artigo do Estadão assinado por Raquel Landim e Ariel Palacios registra que o Itamaraty entrou na negociação com a Argentina para evitar uma contaminação da relação política pelo conflito comercial. Os dois países podem chegar a um acordo na reunião que ocorre nesta quinta-feira, 2, em Brasília. A presidente Dilma Rousseff disse, porém, que o Brasil só aceitará um acordo se houver contrapartida argentina.

Segundo o Estadão, há sinalização de liberação de veículos argentinos, se o país fizer o mesmo para produtos brasileiros, como máquinas agrícolas. O Brasil propôs liberar os carros argentinos em dez dias, mas o pedido de Buenos Aires é de 72 horas.

Milhares de automóveis, retidos temporariamente pelas restrições do Brasil às importações da Argentina, lotam os pátios de carga do Porto do Rio Grande. O volume chegou a 5.336 unidades dia 31 de maio e deve subir com a chegada de um navio com mais de 2,7 mil unidades.

## Gerdau: perspectiva de estabilidade no preço do aço

01/06/2011- Newsletters Automotive

O diretor-presidente da Gerdau, André Gerdau Johannpeter, afirmou nesta terça-feira, 31, que a perspectiva para os mercados interno e externo é de preços estáveis para o aço, "sem previsão de mudança". No início do mês, a companhia informou que a retirada de descontos no mercado brasileiro, que começou a ser efetivada em fevereiro, ocorreu também em março, abril e ainda deveria ocorrer em maio.

Questionado se o processo de retirada de descontos já foi concluído, o executivo respondeu que este é um processo longo, com vários produtos e vários clientes. "É

muito difícil dizer se terminou ou se continua. Estamos monitorando o mercado continuamente", afirmou.

## **Investimentos**

A Gerdau está estudando tomar linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os investimentos de R\$ 718 milhões anunciados para o Estado de São Paulo, segundo o diretor-presidente da companhia. Mas a maior parte dos recursos a serem utilizados será da própria empresa. "Estamos sempre monitorando o mercado e olhando oportunidades de investimento", acrescentou.

A Gerdau deu início aos investimentos de R\$ 718 milhões que programa para o Estado de São Paulo até 2013. Em Pindamonhangaba, a empresa fará a expansão da usina de aços especiais para o mercado automotivo e terá uma nova fábrica de produtos prontos para uso na construção civil. Essas duas ações consumirão aportes de R\$ 645 milhões. O restante dos R\$ 718 milhões irá para melhorias na unidade de Araçariçuama.

A Gerdau terá novo laminador em Pindamonhangaba, com capacidade de 500 mil toneladas de barras redondas por ano, elevando a capacidade de laminados da unidade para 1,2 milhão de toneladas. O início das operações do equipamento será em 2012, com foco no mercado brasileiro, principalmente na cadeia automotiva. "Hoje estamos operando na capacidade máxima de laminados da unidade, por isso estamos fazendo o investimento", disse o executivo.

Ele ressaltou que a nova capacidade entrará em operação "aos poucos" e que, depois de ser totalmente utilizada, a Gerdau avaliará se há necessidade de novos investimentos. Questionado se existe concorrência dessas barras com produtos importados, o executivo respondeu que o volume importado é "muito pouco" e que se trata de linha de produtos feitos sob encomenda. "Quem importa mais são os distribuidores, não a indústria automotiva", disse.

Segundo o diretor-presidente da Gerdau, a empresa já tem relacionamento no Brasil ou no exterior com fabricantes de autopeças que vão atender às montadoras que estão se instalando no Estado. A fábrica de produtos prontos para uso na construção civil - telas para concreto, malhas, telas para tubos, telas para colunas, telas especiais e treliças - será concluída em 2013.

Gerdau não demonstrou preocupação em relação à desaceleração do crescimento da construção civil. "Nossos investimentos são de muito longo prazo. Estamos olhando a demanda de vários anos. Teremos a Copa, as Olimpíadas, o pré-sal, há o programa Minha Casa, Minha Vida. A tendência é positiva", disse. Segundo o diretor-presidente da Gerdau, a média da utilização da capacidade da empresa no Brasil é de 80% e, nos Estados Unidos, de 65% a 70%.

**PIS/COFINS - Prorrogado o prazo de entrega da EFD-PIS/Cofins**

A Instrução Normativa 1.161, publicada no Diário Oficial de hoje, 01/06, prorrogou, excepcionalmente, para o 5º dia útil do mês de fevereiro de 2012 o prazo de entrega da EFD-PIS/Cofins referente aos fatos geradores dos meses:

- de abril a dezembro/2011, para as pessoas jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria 2.923/2009 RFB, e sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;
- de julho a dezembro/2011, para as pessoas jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real.

Veja a seguir a íntegra desta Instrução Normativa:

“O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 273 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, com a redação dada pelo art. 72 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, nos arts. 10 e 11 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 35 da Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, e no Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Os arts. 5º e 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 5 de julho de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

.....  
.....

§ 1º Excepcionalmente, poderão efetuar a transmissão das EFD-PIS/Cofins até o 5º (quinto) dia útil do mês de fevereiro de 2012:

I - as pessoas jurídicas enquadradas no inciso I do art. 3º, referentes aos fatos geradores ocorridos no período de abril a dezembro de 2011; e

II - as pessoas jurídicas enquadradas no inciso II do art. 3º, referentes aos fatos geradores ocorridos no período de julho a dezembro de 2011.

§ 2º O prazo para entrega da EFD-PIS/Cofins será encerrado às 23h59min59s (vinte e três horas, cinquenta e nove minutos e cinquenta e nove segundos), horário de Brasília, do dia fixado para entrega da escrituração.” (NR)

“Art. 6º A apresentação da EFD-PIS/Cofins, nos termos desta Instrução Normativa e do Manual de Orientação do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), definido em Ato Declaratório Executivo (ADE), editado com base no art. 9º, *supra*, em relação aos arquivos correspondentes, a exigência contida na Instrução Normativa SRF nº 86, de 22 de outubro de 2001.

Parágrafo único. A geração, o armazenamento e o envio do arquivo digital não dispensam o contribuinte da guarda dos documentos que deram origem às informações neles constantes, na forma e nos prazos estabelecidos pela legislação aplicável.” (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB nº 1.052, de 2010, passa a vigorar acrescida do art. 5º-A:

“Art. 5º-A O processamento das PER/DCOMP, relativas a créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, observará a ordem cronológica de entrega das EFD-PIS/Cofins transmitidas antes do prazo estabelecido no § 1º do art. 5º.”

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO”

## **Direito do Consumidor - Tarifas: entram em vigor novas regras para uso do cartão de crédito**

01/06/2011- Notas COAD

As regras que padronizam o uso do cartão de crédito entram em vigor nesta quarta-feira (1/6). A quantidade de tarifas cobradas caiu de aproximadamente 80 para cinco, no caso de cartões novos. A decisão de mudar as regras do uso do cartão de crédito foi tomada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em novembro do ano passado.

Além da anuidade, só poderão ser cobradas tarifas pelo fornecimento de segunda via do cartão, pela retirada de dinheiro na função saque, pelo pagamento de contas e pela avaliação emergencial de limite de crédito pelo cliente. Para os clientes que já trabalham com cartão de crédito, as cinco tarifas permitidas passam a valer a partir de 1º de junho de 2012.

Outra mudança foi o percentual da parcela mínima mensal para pagamento do cartão, que passa a ser 15%. Em 1º de dezembro, a parcela mínima para pagamento passará para 20% do total da fatura. Desde março passado, também não existe mais a cobrança de tarifas para as contas eletrônicas, exceto a anuidade. Essas contas são operadas diretamente pelo consumidor, como na internet, sem a necessidade de comparecimento às agências.

O CMN instituiu ainda uma diferenciação, nos tipos de cartão, que vai permitir aos clientes comparar os preços e escolher o mais adequado para suas necessidades. Passam a existir dois tipos de cartão destinados às pessoas físicas: o básico e o diferenciado. O básico poderá ser utilizado exclusivamente nas funções clássicas de pagamentos de bens e serviços em estabelecimentos credenciados, incorporando as opções de compra ou parcelamento.

O cartão diferenciado foi classificado como aquele associado a programa de benefícios e recompensa, como a troca de milhagens por passagens aéreas. Essas vantagens terão que ser incluídas apenas na anuidade e não terão taxas específicas. A instituição

financeira terá que informar aos clientes todos os serviços incluídos nas tarifas. Continua proibido o envio de cartões para o cliente sem autorização prévia.

Além das tarifas, na fatura do cartão também terão de constar informações como o limite de crédito total e limites individuais para cada tipo de operação, gastos, por evento, inclusive quando o saldo é parcelado e os encargos cobrados, informados de acordo com a operação.

FONTE: Agência Brasil

### **Salários - Pagamento referente ao mês de maio/2011 deve ser efetuado até dia 6/6**

01/06/2011- Notas COAD

No dia 6/6, segunda-feira, vence o prazo para pagamento do salário sobre o trabalho executado pelos empregados mensalistas no mês de maio/2011.

Estão obrigados ao pagamento todos os empregadores.

A multa por falta de pagamento corresponde a R\$ 170,26 por empregado prejudicado.

### **FGTS - Vence dia 7 de junho o prazo para recolhimento**

01/06/2011- Notas COAD

No dia 7/6 (terça-feira), vence o prazo para recolhimento, sem acréscimo, do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Está obrigado ao recolhimento todo empregador, urbano ou rural. O empregador doméstico, quando tiver optado, também fica obrigado ao recolhimento.

O fato gerador do recolhimento é a remuneração do mês de maio/2011.

O arquivo SEFIP deverá ser transmitido com as informações à Previdência Social, mesmo que não haja recolhimento ao FGTS.

### **Poder Judiciário - PEC dos Recursos: mudanças na CF serão benéficas ao cidadão**

01/06/2011- Notas COAD

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, esclareceu, em entrevista à Rádio Justiça, na manhã desta terça-feira (31/5), a proposta que pretende reduzir o tempo de tramitação dos processos na Justiça brasileira. Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 15/2011, também chamada de "PEC dos Recursos", que está em tramitação no Congresso Nacional.

Segundo o presidente do STF, a proposta pretende resolver uma velha queixa da sociedade brasileira, relacionada ao longo tempo de duração dos processos. Na avaliação do ministro Cezar Peluso, existe na sociedade uma ideia de impunidade especialmente com relação aos processos que correm na área criminal, pois a

morosidade muitas vezes pode levar à prescrição do crime ou a uma decisão tardia, em relação à data em que o crime foi cometido.

Como exemplo recente, o ministro citou o caso do jornalista Antônio Marcos Pimenta Neves que foi condenado em definitivo somente 11 anos após o crime. "O caso desse jornalista mostra bem como um processo pode durar tanto tempo no sistema".

O ministro lembrou que a decisão que condenou Pimenta Neves pelo assassinato da ex-namorada, Sandra Gomide, foi tomada em 2006 pelo Tribunal local e afirmou que a apresentação de recursos para os tribunais superiores por parte da defesa prolongou o processo por mais 5 anos, o que seria evitado a partir da PEC dos Recursos.

A proposta já está tramitando no Senado Federal e aumenta a importância das decisões dadas pelos juízes e Tribunais de Justiça dos Estados. Segundo o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, muitas ações judiciais poderão ter solução bem mais rápida se as sentenças forem executadas a partir de uma decisão em segunda instância.

Assim, o cidadão pode ver o seu direito valer sem ter que esperar uma década ou mais.

FONTE STF

## **Simples Nacional - Canceladas multas relativas à DASN 2010 aplicadas ao MEI**

01/06/2011- Notas COAD

Através do Ato Declaratório Executivo 7/2011, publicado no Diário Oficial de hoje, 31/5, a Receita Federal cancelou os lançamentos relativos a multas aplicadas ao Microempreendedor Individual (MEI), referentes ao exercício de 2010, pela omissão na entrega da DASN - Declaração Anual do Simples Nacional, em razão de estarem sujeitos à apresentação da DASN-SIMEI - Declaração Anual do Simples Nacional para o Microempreendedor Individual.